



MUNICÍPIO DE CUBA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 09

27-06-2019

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

1.º – Informações; -----

2.º - Ratificação da ata da sessão anterior realizada a 27 de Abril de 2019 -----

3.º - Assuntos de Interesse para o Município. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2019 a 31/05/2019. **Para conhecimento.** -----

2- Apreciação e votação da Prestação de contas consolidadas no Município de Cuba, reportadas ao ano de 2018; **Para deliberação.** -----

3 – Alteração do Mapa de pessoal em vigor para o ano de 2019 – **Para deliberação** -----

4 – Contratação de Empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 880.000€, para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados, com intenção de uso do mecanismo previsto nas alíneas a) e B do nº.5 do artigo 52º. Da Lei das Finanças Locais. **Para deliberação.** -----

5 – Contratação de empréstimos de longo prazo até ao montante máximo de 280.000 euros para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados. **Para deliberação.** -----

6 – Contrato-programa a celebrar com o Centro de Estudos e formação Profissional Diogo Dias Melgáz, Unipessoal, lda. **Para deliberação.** -----

7 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do prémio Literário Fialho de Almeida. **Para deliberação.** -----

8 – Apreciação e votação sobre a posição da Autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019 no domínio da gestão das Áreas afetas à atividade de náutica de recreio ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais (Decreto Lei nº. 72/2019, de 28 de Maio e artigo 18.º da Lei nº. 50/2018, de 16 de Agosto). **Para deliberação.** -----

9 - Apreciação e votação sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019, nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis

interiores e do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. **Para deliberação.**

10 - Apreciação e votação da proposta a remeter à assembleia municipal sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2020 nos vários domínios consagrados na lei nº.50/2018, de 16 de Agosto, opção, ou não, de utilizar a possibilidade de atuação prevista na alínea b) do nº.2 do artigo 4º. Da supracitada lei. **Para deliberação.**

11 – Assunção de encargos plurianuais – Contratação de seguros pelo período de três anos. **Para deliberação.**

12. Transferência de verbas para as juntas de Freguesia de Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva, no âmbito da submissão de candidatura para 4 vagas ao programa CEI+. **Para deliberação**

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:

Carlos José Maltez Almeida;

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano;

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado;

José António Rocha Cabrita;

Luís António Botecas Varela;

José Francisco Ribeiro Roque;

Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço;

Luís Maria Cardeira Santa Rita;

Milene Leonor Cadeireiro Cardoso

João Carlos Segurado Leirão

Maria Joaquina Maltez Salgueiro;

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco;

Luís Carlos Cardoso Varela

José António Cardeira Machado;

Filipe Domingos Candeias Chora;

José Alberto Lança Pacheco;

Faltaram os seguintes deputados:

João Duarte Oliveira Brito Palma;

Raul Manuel Viana Amaro.

André Chaveiro Vargas

Apresentaram a respetiva justificação junto do Mesa da Assembleia Municipal, que foi considerada válida em sintonia com a alínea j) do art.º 46-A da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

Verificando a ausência do Sr. Presidente a Deputada Sandra Serrano chamou a deputada Milene Cardoso para constituir a mesa da assembleia.

Estiveram também presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo:

Presidente da Câmara - João Manuel Casaca Português

Vice-Presidente da Câmara - Francisco Xavier Candeias Fitas

Vereadora - Noémia Ermelinda Rocha Fragoso

Vereador em Regime de Não Permanência- Luís José de Brito Camacho Barriga -----

Vereadora em Regime de Não Permanência - Maria Jacinta Cardoso Grilo -----

Esteve ainda presente o Dr. Vitor Fialho, Chefe da UADJCS (Unidade de Apoio Jurídico Desenvolvimento Cultura e Sociedade, a quem coube prestar os esclarecimentos técnicos que fossem solicitados sobre os assuntos em apreciação.-----

Verificou-se existir quórum para a realização da sessão pelo que a Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos. -----

Antes da Ordem do dia -----

1 – Informações; -----

A Sr.ª Secretária da mesa da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e informou que de acordo com a lei 75/2013 (169/99), iria presidir a presente reunião do órgão assembleia municipal em representação do Presidente, Eng. João Palma, que por motivos pessoais não pode estar presente, tendo sido chamada a deputada Milene Cardoso para constituir a mesa. -----

Cumprimentou os Srs. E Sras. membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e o Dr. Vitor Fialho. Antes de iniciar os trabalhos deu uma palavra especial de saudação aos Srs. representantes do Municípios de Dondo – Carlos Portimão; Manhica – Dr. Luís Munguambe; Dondo – Manuel Virade Chaparica; Maganja da Costa - Eng. Virgílio Agostinho Pinheiro; ao Presidente e representante da Direção da Casa de Moçambique Sr. Enoque João, de visita ao concelho de Cuba no âmbito de um encontro de cooperação bilateral, mostrando todo o interesse em estarem presentes nesta assembleia municipal para conhecer a forma como se exerce a democracia nos órgãos de poder local no nosso país. Deu-lhes as boas vindas e manifestou a honra sentida pela presença da delegação na sessão. -----

Antes da ordem do dia informou que a assembleia municipal se fez representar em algumas iniciativas, nomeadamente na Feira do Cante e das Tradições – Cuba Leader e na Inauguração da Casa Museu Literário Fialho de Almeida. -----

Em relação à correspondência recebida, nada a registar.-----

2.º - Ratificação da ata da sessão anterior realizada a 27 de Abril de 2019 . -----

A presidente da Assembleia perguntou se os deputados, depois da receção e leitura da ata, teriam alguma consideração a fazer. -----


A deputada Teresa Calado solicitou uma pequena correção na sua intervenção, na página 8, uma vez que, por vezes o discurso falado e transcrito, não está num português correto. Assim onde está escrito: "Portanto conjuntamente com os meus colegas, acompanho-os e com os quais não concordo e daí que optar para a abstenção", solicita que seja reformulada para: "*Opto pela abstenção porque acompanho os meus colegas nas questões com as quais não concordamos.*" -----

A Presidente da Assembleia Municipal concordou e solicitou que a frase fosse corrigida antes da sua publicação. -----

Não se registando mais nenhuma intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata a votação, sendo a mesma aprovada por maioria com a abstenção de um deputado. -----

3.º - Assuntos de Interesse para o Município. -----

O Deputado José Cabrita pediu para ler uma moção, que foi distribuída:-----
«Boa noite a todos os presentes, colegas e representantes do órgão executivo, assim como os técnicos, publico em geral e aos amigos de Moçambique. Devo deixar os cumprimentos do Presidente da Assembleia Municipal como sendo os meus, pois já tive oportunidade de estar com eles e é sempre importante esta troca de experiências.» -----



"Passo a ler uma moção sobre a questão da água em baixa ,assunto que está em cima da mesa."

Em defesa da Gestão Pública da Água e da autonomia de cada Município.

A situação em que se encontram os sistemas de água e saneamento na região, exigem a realização de investimentos em especial a nível da renovação e reabilitação das redes e a tomada de medidas para a melhoria da eficiência hídrica. Relevando as obras que estão a ser realizadas em alta, embora registando os seus atrasos, torna-se agora necessário que o governo disponibilize através dos fundos comunitários os meios financeiros para que cada um dos Municípios possa realizar os seus investimentos. Foi publicada no dia 19 de Fevereiro a resolução da Assembleia da Republica nº. 51/2018 que recomenda ao governo que assegure o acesso de todos os Municípios sem restrições, aos fundos comunitários para investimento no ciclo urbano da água, através entre outros do reforço do financiamento do programa operacional sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Financie a título de fundo perdido as seguintes tipologias de operação:

- a) Controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adoção de águas em baixa;*
- b) Renovação de redes de abastecimento de água em baixa, com a substituição de material de condutas de águas que não garantam a sua função ou que provoquem riscos para a saúde humana;*
- d) Reabilitação dos sistemas de drenagem de águas.*

Sobre este tema refira-se que em 2017 a AMGAP, associação de municípios para a gestão de água públicas do Alentejo promoveu a realização de um estudo de diagnóstico e caracterização das entidades gestoras e das redes de abastecimento de água e saneamento das águas residuais em baixa dos municípios da AMGAP, cujo relatório final bem como documentos complementares e outros exemplos :

Fixa técnica; EVEF, Estudo de viabilidade económica e financeira específicos para cada município, foram disponibilizados aos vinte municípios tendo-se realizado em Grândola um seminário para apresentação e discussão das conclusões.

No ponto 7 – Ações a realizar do referido estudo foram identificadas as ações de carácter geral e de carácter específico que constituem um importante instrumento de atuação neste setor.

Consideramos que é importante a concretização entre o definido no aludido estudo que aponta a possibilidade de parcerias colaborativas de geometria variável, sem que tal implique a alienação da gestão por cada um dos municípios e a criação de uma nova entidade gestora quaisquer que seja a sua característica.

Tendo em conta o exposto a Assembleia Municipal de Cuba, defendendo o princípio da gestão pública da água e da autonomia de cada município.

Saúda os órgãos autárquicos que se opuseram a recente iniciativa de criação de uma nova entidade para a gestão do sistema de abastecimento de água em baixa, por parte das autarquias geridas pelo partido socialista, que assim abriria a porta à privatização da sua gestão e recomenda à Câmara Municipal que :

- 1) Reclame junto do Governo o cumprimento da resolução aprovada pela assembleia da república;*
- 2) Diligencie pela aplicação das conclusões do estudo pela AMGAP;*
- 3) Assegure a manutenção da gestão do sistema de água e saneamento em baixa sobre a sua responsabilidade.*

Cuba 27 de junho de 2019.

Caso seja aprovada a presente moção solicitamos a respetiva divulgação pelos meios de comunicação.

17

A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se havia alguma intervenção, dando a palavra ao **deputado Luís Santa Rita**, que a cumprimentou, saudando também a bancada da CDU, os Srs Vereadores, todos os presentes e a comitiva de Moçambique. -----

Relativamente à moção solicitou algum tempo para poder ler, analisar atentamente e tomar uma decisão. -----

A **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu dez minutos para a análise proposta. -----

Retomada a sessão, questionou se havia alguma intervenção após o período de leitura. -----

O **deputado Carlos Almeida** tomou a palavra saudando os presentes, os deputados, e os autarcas. -----
Referiu que sendo a água um bem essencial para a população entende que esta matéria requer alguma discussão e maturação, não fechando a porta a outras situações que possam surgir. Lembrou como foi a situação da água em alta e todo o processo desencadeado na altura. Considera que foi uma mais-valia para a população e para o seu bem-estar. A própria moção releva as obras que estão a ser realizadas em alta. -----

Naturalmente se registam alguns atrasos, mas sabe-se que as autarquias por si só não conseguiriam dar resposta a esta situação. Deste modo, devem ser criados mecanismos que possam salvaguardar a privatização total deste bem, pois seria uma mais-valia haver realmente uma intervenção global e consertada. Lembrou, ainda, que o município de Ferreira do Alentejo não aderiu à questão da água em alta e mais tarde, mudou de opinião pois não conseguiu realizar as obras que eram necessárias. -----
Mostrou não concordar com a moção apresentada e considerou possível haver discussão em torno deste assunto. -----

O **Deputado José Cabrita** pediu a palavra para referir que relativamente à discussão que deve ser feita sobre a questão da gestão da água e dos recursos coloca-se acima de tudo a questão da eficiência na gestão do recurso. Acrescentando: -----

"Na minha opinião as Câmaras Municipais e as autarquias têm condições, para assumir a gestão dos recursos, basta para isso o governo e as pressões pelo governo que se alterem, porque se têm 90 mil milhões para investir na rede de abastecimento água em baixa, mas ao mesmo tempo impõe que as autarquias criem uma estrutura intermédia e ao criar-se uma estrutura intermédia criam-se as condições para essa intervenção e nós sabemos que a água em baixa não é apetecível neste momento aos privados, porque tem imensas perdas, não é rentável e daí terem começado inicialmente pela entrega aos privados da água em alta o que é certo é que depois do investimento feito e da maior eficiência dos sistemas, o passo está dado para que possa haver uma conceção aos privados e portanto se há essa verba e existe dinheiro disponível para fazer investimento na rede de abastecimento de água em baixa não há porquê colocar algumas condições ou condicionar a entrega ou pelo menos a disponibilização dessa verba. Relativamente à intervenção do deputado Carlos Almeida deixe-me referir que tanto Ferreira do Alentejo, não aderiu nem sequer ao abastecimento de água em alta não aderiu, continuaram a fazer parte do sistema. Também não aderiu a esta iniciativa por parte das Câmaras do partido socialista. Certamente numa leitura própria e todos nós sabemos o resultado que trouxe alguma entrega ou pelo menos a forma como foram entregues aos privados alguns sistemas ou criados alguns sistemas principalmente em Évora que se debate todos os anos com prejuízos para a autarquia e para os municípios porque depois trata-se de parcerias publico privados em que os lucro dos privados estão garantidos à custa dos contribuintes. -----

Portanto, numa altura em que são revertidas privatizações do sistema de abastecimento de água em 35 países, 180 cidades que recuperaram então a gestão do abastecimento de água em baixa, avançar para

a criação de um entidade supra municipal pelo que percebi até poderia sobrecarregar um pouco mais os preços da água principalmente para os municípios mais pequenos, nós sabemos quem vai ser sobrecarregado. Se não forem os munícipes, é o orçamento do próprio município. As autarquias vão ter que tomar uma decisão. Ou fazem reverter o preço nos munícipes ou de alguma forma poderão compensar esse valor, que também não sei como seria feito porque havendo uma entidade de gestão intermédia a cobrar, não sei como é que os municípios depois poderiam fazer essa compensação. Numa altura em que se fala de reversão por toda a Europa da privatização do sistema de abastecimento de água em baixa, avançar para a criação de uma entidade supra municipal independente e com gestão partilhada por parte das autarquias é um primeiro passo para depois haver uma concessão e nós sabemos os perigos que estão subjacentes a este primeiro passo, por isso apresentamos esta moção e que surge como uma recomendação à Câmara Municipal.” -----

O **deputado Luís Santa Rita** pediu a palavra mencionando que o Sr. Deputado Cabrita afirma, com a certeza, que a água será privatizada. Colocou a questão: “Se de facto o deputado tem certezas sobre o que está a dizer, ou se tem algum documento ou protocolo em que diga que efetivamente se a Câmara Municipal de Cuba aderir a esta situação se de facto a água vai ser privatizada ou não? Seria importante fazer-nos chegar algum documento. Entendo que a Câmara Municipal por si só não tem condições para fazer a requalificação da rede de água e esgotos em Cuba. Essa rede eventualmente terá 50, 60 ou 70 anos. Desta forma, é preferível aderirmos a um conjunto de autarquias no sentido de podermos ser contemplados com algumas obras que se possam fazer. Recordo que eventualmente aqui em Cuba, serão muitos milhões de euros que iriam entrar no concelho fazendo-se a requalificação de todo este sistema que está caduco.” -----

A **Deputada Julieta Caniço** começando por dar as noites a todos os deputados presentes, Referiu que não percebe efetivamente o objetivo da moção porque o que é dito no final é para reclamar junto do governo a resolução aprovada na Assembleia da República. A mesma acrescenta que “existe financiamento que vai chegar aos beneficiários a questão das águas em baixa e aquilo que gostava de saber é se no concelho de Cuba a autarquia tem noção do que nós temos em termos de investimento o que é necessário e porque é que não podemos aceder a este financiamento só por si. Digo isto porque a última vez que se discutiu aqui nesta assembleia municipal o aumento da taxa das águas, um dos motivos era essencialmente para se poder cumprir os critérios para se poder candidatar aos fundos europeus para este fim da rede em baixa. Peço desculpa mas não percebo qual a questão. Tanto quanto sei o Município de Cuba, nunca manifestou interesse de aderir a uma possível parceria entre Municípios que, segundo se soube na comunicação social, seriam municípios do PS, portanto Cuba não estava nessa solução. -----

Pergunto, qual é a alternativa que Cuba tinha pensado e o que é que nos pode dizer sobre isso, uma vez que não estava aqui em causa, Cuba aderir a um projeto consórcio que possivelmente pudesse vir a acontecer no Baixo Alentejo?” -----

O **Deputado Cabrita** respondeu ao Deputado Luís Santa Rita frisando que : “não preciso de nenhum estudo, já fiz aqui afirmações referente a outras situações como o caso da Escola Profissional que seria um risco a divisão da mesma. Por várias razões, pela questão do despovoamento, porque fazemos parte de uma zona de baixa densidade demográfica. Faltam-nos massa crítica e portanto naquela situação referi que seria um risco e o futuro deu-me razão. Posso enganar-me algumas vezes mas posso acertar outras. Há uma experiência por detrás de todo um comportamento por parte das entidades públicas que após a criação de uma entidade intermédia que conjugue vários municípios há uma concessão a seguir. Uma concessão aos privados. Esse é o risco que poderia estar em cima da mesa. Depois respondendo à deputada Julieta Caniço, de facto a Câmara Municipal de Cuba, não integrou esse lote de municípios. O

que aqui diz é exatamente isso. O que recomenda à Câmara Municipal de Cuba é que assegure a manutenção da gestão do sistema de água e saneamento em baixa sobre a sua responsabilidade ou seja que garanta a manutenção e uma gestão pública e refere aqui antes ainda das recomendações que saúda os órgãos autárquicos que se opuserem à criação desta entidade supra municipal. Portanto é explícita no que diz respeito às recomendações, não é por a Câmara Municipal de Cuba não ter integrado, que não nos impedirá de marcar uma posição e recomendar à Câmara Municipal de Cuba, que no futuro não faça." Acrescentou ainda : "Não faça agora, não faça no futuro sobre outras condições. Há uma pressão por parte deste quadro comunitário e do governo que poderia ser renegociado e não o fez. -----

Nada nos impede de garantir as condições para a pressão junto do governo e acho que é isso que a Câmara pode fazer, sendo que alguns fundos não serão suficientes e ainda assim permitem que 3 ou 4 autarquias se possam juntar e candidatar -se aos mesmos, mas a grande pressão continua a ser para que os municípios criem entidades supra municipais e isto é inadmissível pondo em causa a sua própria autonomia .Esta resolução ou esta moção aponta algumas soluções para ultrapassarmos estas dificuldades.Fala na questão dos fundos comunitários para investimentos no ciclo urbano da água e através do reforço do financiamento programa operacional da sustentabilidade e eficiência para o uso de recursos e que financie a título de fundo perdido várias tipologias. -----

Portanto ,esta moção inclui aqui a recomendação ao governo e pede que seja implementado. Não estamos a pedir nada de mais, estamos apenas a pedir que não seja imposto às autarquias uma única forma de gerir os recursos. Só isso."-----

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que todos compreendem a opinião de uma e outra bancada, e pediu brevidade. -----

O deputado Carlos Almeida prometendo ser breve, afirmou que o assunto merecia discussão, tal como o exemplo da Escola Profissional referido anteriormente pelo Deputado Cabrita. Em relação à água referiu que existem situações no privado que são geridas,por vezes, melhor que no sector público, devendo haver cuidado em salvaguardar as autarquias nesta negociação e na gestão da água. -----

Termina dizendo "deputado Cabrita, orgulhosamente só, é uma coisa muito má e nós não devemos ter medo de estar com outros a bem das populações." -----

A deputada Julieta Caniço pediu a palavra para referir que faz das palavras do deputado Carlos Almeida, as dela. Entende que é uma questão ideológica,e assim refere " uma associação com outros municípios para resolver um problema que é da nossa comunidade deve sobrepor-se à parte ideológica. Relativamente aos privados não me pronuncio porque é uma discussão que não leva a lado nenhum." -----

O deputado José Roque pediu a palavra, dando as boas noites a todos, e referindo que "nesta discussão houve uma tentativa de se saber o que estava em causa na moção. Gestão pública ou um termo que não foi abordado - a privatização. -----

Se há autonomia, dar a privados a privatizar, segundo entendi há alguma cautela da nossa parte na abordagem do tema que é complexo. Sem fazer alusão à parte ideológica, enquanto município e cidadão há que perceber o que pode estar em causa, a gestão feita por uma entidade pública ou por uma entidade privada. O ponto oito, que vamos debater, diz que a transferência de competências para as autarquias é a aceitação de competências na área de atividades náuticas de recreio e de pesca. Alguém a tentar transmitir e transportar transferências de competências para a autarquia e alguém a tentar tirar competência da autarquia para outro lado."-----

A Presidente da Assembleia Municipal refere que não havendo mais intervenções se passe à votação da

moção, sendo esta aprovada por maioria com sete votos contra da Bancada do Partido Socialista.

O Deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para questionar o Presidente da Câmara sobre a ausência da fotografia do Sr. Francisco Orelha, no salão nobre da Câmara Municipal, uma vez que se encontram naquele espaço fotografias de antigos presidentes. *“O Sr. Presidente não quer a fotografia do Sr. Francisco Orelha ou foi ele que não lhe a quis dar?”*

O Presidente da Câmara tomou a palavra, dando as boas noites a todos. Cumprimentou a mesa e a assembleia, deu uma palavra de apreço à delegação de Moçambique e sublinhou que era a primeira vez que numa Assembleia Municipal de Cuba estava presente uma comitiva internacional, algo que mostrou uma abertura da Câmara e da assembleia Municipal à população de uma forma em geral. Relativamente ao segundo assunto justifica que a fotografia não foi pedida pela autarquia, e que esta só o fará quando achar oportuno.

O Deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para referir que não considerava a justificação do presidente uma resposta. Considerou sim, uma falta de democracia, de respeito por quem exerceu um cargo independentemente da cor política e da ideologia.

Entende que, o Sr. Presidente não deveria passar um pano sobre o passado, retirando placas em espaços inaugurados pelo executivo do partido socialista. Existe uma falta de respeito e consideração. Concluiu que o Sr. Presidente não quer a fotografia do antigo autarca de Cuba no Salão Nobre.

A Presidente da Assembleia Municipal registou este assunto em ata e pediu que não se entrasse em diálogo direto, devendo pedir sempre a palavra à mesa. Mais uma vez reforçou que estes assuntos de interesse para o Município já estão no limite de tempo, e deve ter-se em conta a existência de outros.

O Presidente da Câmara pediu a palavra para deixar uma nota: *“a história não é feita de fotografias nem de placas. A história é feita pelo povo e o povo reconhece quem fez trabalho. As placas e as fotografias são meras considerações inúteis.”*

A Presidente da Assembleia Municipal interveio para referir que ficou registado em ata.

A deputada Teresa Calado pediu a palavra para deixar uma nota de desagrado na forma como a Sra. Presidente reagiu à colocação do assunto de interesse para o Município: *“Existe dualidade de critérios, quando interessa os assuntos são de interesse para o município, quando não interessa os assuntos, já não são de interesse para o município. Senti isso na última reunião quando questionei o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Ruiva sobre o facto de ser remunerado a tempo parcial e toda a gente se insurgiu do lado da bancada da CDU.”* Lembrou que *“há uns anos atrás foi quase feito um levantamento de rancho, se me permitem a expressão quando a Sr.ª Presidente da Junta de freguesia de Cuba decidiu não renovar um contrato que tinha fim, com uma trabalhadora e a acusaram de perseguição política, sendo o assunto alvo de uma moção”*. Conclui que: *“é importante discutir tendo em conta o tempo que for necessário. Estamos em democracia, estamos aqui para falar, para dialogar e discutir numa perspetiva construtiva.”*

A Presidente da Assembleia Municipal registou o desagrado da Sr.ª deputada, considerando não ser necessário lembrar os assuntos de reuniões anteriores. Questionou a existência de mais intervenções de interesse para o Município.

Uma vez que não se verificou, e como antes da Ordem do dia há um momento de intervenção do Público, a **Presidente da Assembleia** questiona se alguém dos presentes deseja intervir ou pedir esclarecimentos.

Regista-se uma intervenção e a Presidente da Assembleia solicita que a pessoa se identifique, antes de intervir. -----

"Boa noite o meu nome é Luís Moan, e sou Presidente da Câmara Municipal da Vila Manison, Moçambique. Em primeiro lugar saudar a oportunidade que tivemos de assistir a uma sessão da Assembleia Municipal de Cuba. Dizer que somos uma delegação de quatro Municípios, estamos em visita e encontramos uma abertura administrativa, um município em plena atividade, a que nós, com todo o orgulho e honra, tiramos o chapéu e veneramos. -----

Um executivo bastante dedicado, que nos mostrou realizações e projetos que nos dão motivos para estabelecer parcerias. Os munícipes que elegeram este executivo de facto tinham consciência do que estavam a fazer. Encorajam-nos. Fazemos esforços para trabalharmos como vocês trabalham. Pelo interesse e dedicação que nós vimos. Deixamos o convite para que nos visitem afim de testemunharem o interesse que temos em servir os nossos munícipes para termos eleições próprias nos vários locais. Não trazemos novidades, mas saudamos-vos e se nos pedissem uma avaliação deixaríamos a nota máxima. Estão no bom caminho, no caminho certo para o povo. São justos e honestos, não tem falhas. Agradecemos a oportunidade e o que levamos para transmitir aos nossos munícipes."-----

A Presidente da Assembleia Municipal agradece a intervenção, e questiona se mais alguém do público deseja intervir. Não havendo registos deu início aos trabalhos da ordem do dia.

ORDEM DO DIA: -----

1.º - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2019 a 31/05/2019. Para conhecimento. -----

O deputado Carlos Almeida pediu a palavra referindo que analisou o relatório, no qual não constava o encerramento da piscina coberta e o ponto de situação sobre as Obras realizadas.

A Presidente da Assembleia Municipal questionou se o executivo deseja responder:-----

O Presidente da Câmara tomou a palavra referindo que, por lapso, relativamente às obras da Piscina nada constava no relatório de atividades. Informou que os trabalhos estavam avançados, toda a parte exterior da obra foi realizada, foram colocadas as máquinas e prevê a abertura para o dia um de outubro. -----

O deputado José Machado pediu a palavra, cumprimentando todos os presentes e fazendo referência a um evento realizado em Cuba - a Feira do Cante e Tradições. Enalteceu o trabalho excecional de todos os funcionários e de quem esteve à frente do certame. Referiu que durante 3 dias a Cuba esteve em movimento. Todos os espaços comerciais foram beneficiados. Parabenizou os envolvidos pela iniciativa tão bem conseguida em Cuba. -----

A deputada Teresa Calado referiu-se à conclusão da Casa Fialho de Almeida. Enalteceu o facto de a obra estar concluída e a sua importância para os Cubenses. Questionou o Sr. Presidente em relação às valências do projeto e às principais alterações. -----

O Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Deputada Teresa Calado, por reconhecer a importância da obra, do seu ponto de vista, estruturante. Referiu: "uma obra complexa por vários motivos, nomeadamente pelos achados arqueológicos ou etnográficos e que influenciaram o projeto estrutural da casa que estava previsto. Considerou as condicionantes normais tendo em conta a zona de

trabalho, de especial proteção que tem a ver com a Igreja Matriz e que obriga a que o IPAR seja bastante exigente nestas intervenções.” -----

Não referiu as alterações em concreto, mas informou que a obra tem duas partes museológicas que representam uma alteração muito significativa relativamente à Casa. -----
Outra das coisas que não estava prevista era o Posto de Turismo. Está noutra espaço.

A Deputada Teresa Calado pediu a palavra e refere que existia um projeto pronto para colocar no terreno, não sendo a duração da obra responsabilidade do anterior executivo. -----
Acrescenta que o Sr. Presidente desconhecia o projeto da Casa Fialho de Almeida, algo que a chocou pois foi vereador da oposição e acompanhou apresentação do mesmo. Lamenta a não concretização do Centro Manuel de Castro, do Pátio da Polifonia, um espaço multi funcional e a alteração do Posto de informação turística já referida anteriormente. Finaliza com uma palavra de apreço para todos aqueles que trabalharam ao longo de vários anos na elaboração deste projeto e considera que quer os antecedentes, quer o atual executivo estão de parabéns. -----

“Obrigada por termos as portas da casa aberta.” -----

O Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que : *“o projeto estava pronto para colocar no terreno é uma expressão caricata. Existia um projeto de arquitetura mas não de especialidades.”* Acrescenta que não estava presente na apresentação do projeto, no entanto, conhece-o perfeitamente, assim como as alterações realizadas . O espaço onde foi construído o museu rural e etnográfico, corresponde à visão de Fialho de Almeida sobre o Alentejo, era um auditório com palco e casas de banho, algo que não fazia sentido ao Município de Cuba pois visava a criação de um terceiro auditório no concelho e não teria utilidade. -----

Foi construído um museu rural e etnográfico aproveitando o património já existente. Concordeu que é das obras mais importantes ,e que teve a oportunidade de a realizar. O prazo da sua realização deve-se a questões de financiamento. Mesmo assim, foi uma obra que apesar de ter alguns condicionantes, demorou menos tempo a realizar que outras , como é exemplo o Parque Manuel de Castro.

O Deputado Filipe Chora pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes e felicitou a Câmara pelo evento que se realizou no dia 9 de Junho – O 24º Piquenício Nacional organizado pelo MURPI, uma das grandes iniciativas que se realizaram nos últimos tempos em Cuba. Atraiu muitos visitantes , cerca de quatro mil ,de todo o País. Dinamizou a vila e todo o comércio local. -----

Sugeriu que, no futuro, fosse possível acolher novamente este evento. -----

A Deputada Teresa Calado interfere para corrigir o que foi afirmado anteriormente pelo Sr. Presidente da Câmara, dizendo que *“quando chegamos à Câmara o projeto que existia da Casa Fialho de Almeida contemplava um espaço/palco cadeiras fixas e a residência artística era por cima desse espaço. Nós, enquanto executivo entendemos, estar no uso da palavra, e dizer que o projeto foi alterado, a residência artística passou para a casa do escritor, pois achávamos que fazia mais sentido, que a casa não tinha pé direito suficiente e o Sr. António Beiçudo dizia que as medidas no projeto não correspondiam à realidade .Concluimos depois que relativamente a um Centro de Artes, Cuba não tinha um espaço para áreas como as artes plásticas ou a cerâmica. Foi então retificado o projeto no sentido de permitir ter um palco que fosse amovível, e uma zona para sanitários. O projeto final que estava no Município não tinha palco contrariamente aquilo que está aqui a ser dito pelo Presidente e não tinha cadeiras.”* -----

O Deputado José Cabrita pediu a palavra e em nome da bancada da CDU deixou o apreço e as felicitações pela inauguração do equipamento. Salientou a existência de um projeto, uma ideia, uma memória descritiva, a que a deputada Teresa Calado já fez referência e com as quais não concorda.

"Com todo o apreço e respeito que tenho pela personalidade do poeta Manuel de Castro, não faz muito sentido colocar dentro da casa de um, outro escritor, uma referência a um outro vulto com as suas particularidades. Portanto não me revia nesse projeto e nessas ideias."

Refere que o equipamento é uma mais-valia não só para a cultura, também para o turismo. Os muitos populares, munícipes que se dirigiram àquele espaço para o visitarem, demonstraram o carinho e a curiosidade que tinham pelo mesmo. *"Temos um produto para mostrar aos visitantes que nos procuram, uma mais-valia para a Câmara Municipal, para quem vive do turismo e para o comércio em geral."*

O Deputado José Roque pediu a palavra, dizendo *"enquanto Vila Fradense, terra onde o escritor nasceu, queria saudar Cuba, por esta inauguração. Enalteceu o impacto no concelho e nas comunidades vizinhas como Vidigueira e Vila de frades que se sentiram ultrapassados, pois como alguém escreveu: "Cuba teve o mérito de perpetuar a memória do escritor".*

Acrescentou: *"Sou do tempo em que percebi a venda da Casa em Vila de Frades. Dividiram a casa, não que fosse para duas famílias diferentes. Das cavaliças do escritor fizeram-se casa para os filhos e netos dos compradores. "O escritor residirá para sempre em Cuba, e não em Vila de Frades onde Nasceu".*

O Deputado Luís Varela pediu a palavra para referir que a Casa Fialho de Almeida, foi um projeto de continuidade embora concluído pelo atual executivo.

A Presidente da Assembleia Municipal questionou a existência de mais intervenções ou pedidos de esclarecimentos. Tomou conhecimento do relatório de atividades.

2. - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2018 - Para deliberação.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a discussão. Não se registando intervenções nem pedidos de esclarecimento passou-se à votação, tendo sido aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados do Partido Socialista.

3 - Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor para o ano de 2019. Para deliberação.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à discussão solicitando informação por parte dos deputado, questionando se desejavam intervir ou pedir esclarecimentos. Colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção.

4 – Contratação de Empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 880.000€, para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados, com intenção de uso do mecanismo previsto nas alíneas a) e B do nº.5 do artigo 52º. Da Lei das Finanças Locais. Para deliberação.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à discussão, não se observou qualquer intervenção ou pedido de esclarecimento, procedeu-se à votação, tendo sido Aprovado por unanimidade.

5 – Contratação de empréstimos de longo prazo até ao montante máximo de 280.000 euros para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados. Para deliberação.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à discussão solicitando aos deputados se queriam intervir ou pedir esclarecimentos. Não se verificando ,o ponto foi colocado para votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

6 - Contrato-programa a celebrar com o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. Para deliberação -----

A Presidente da Assembleia Municipal, antes de colocar o ponto à discussão pediu escusa em relação a esta deliberação. -----

A Deputada Teresa Calado pediu a palavra questionando se relativamente ao ponto, o parecer prévio não deveria estar anexo à minuta e agradeceu que lhe fizessem chegar o documento.-----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou o Sr Presidente em relação a este assunto. -----

O Presidente da Câmara referiu que se não está, deveria estar e solicitou que o Dr. Vitor Fialho se pronunciasse em relação à situação, no sentido de dar alguma explicação. -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o referido Parecer Prévio se fizesse chegar, logo que possível, a todos os Deputados, e questionou se existia mais alguma intervenção. -----

Dada a não existência de outras intervenções, colocou-se o ponto a votação, com o compromisso de que o documento será entregue, como refere a legislação. -----

O ponto foi aprovado por maioria, com uma escusa e sete abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----

7 - Apreciação e votação do projeto de regulamento do prémio literário Fialho de Almeida. Para deliberação. -----

Foi presente à sessão da Assembleia Municipal a certidão da reunião de Câmara de doze de Junho de dois mil dezanove, acompanhada da informação número décima nona de três de junho de dois mil e dezanove da Unidade de apoio Jurídico desenvolvimento e sociedade, sobre o ponto em referência. -----

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à discussão e questionou se algum dos membros presentes queria intervir ou pedir esclarecimentos. Não se observaram quaisquer intervenções nem pedidos de esclarecimento,sendo este colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

O Deputado José Cabrita pediu a palavra para ler uma Declaração de Voto, e aproveitou para felicitar a Escola e a autarquia pelo prémio, a Casa Fialho de Almeida e o projeto material, pois considera “ importante que possamos perpetuar a memória através de projetos materiais e imateriais . Não só através da recuperação do prémio literário Fialho de Almeida, mas através de outros projetos .Falamos também sobre algo que no futuro vamos ter que deliberar - residência artística, podendo ser uma forma de dar continuidade e visibilidade à obra do escritor. Deixo a felicitação como declaração à autarquia pela recuperação do prémio.”-----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou se existia mais alguma intervenção sobre este ponto. Não se verificando,passou ao ponto seguinte. -----

8. Apreciação e votação sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019 no domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio ou instalações da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio ou instalações de apoio à -----

pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais (decreto-Lei nº.72/2019, de 28 de maio e artigo 18º. Da lei nº. 50/2018 de 16 de Agosto). Ponto para deliberação. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara Municipal de doze de Junho de dois mil e dezanove bem como a informação nº. 16/2019 datada de três de Junho de dois mil e dezanove da Unidade de apoio jurídico, desenvolvimento, cultura e sociedade. -----

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à discussão e solicitou informação por parte dos deputados se queriam pedir esclarecimentos ou se tinham alguma intervenção a fazer, esclarecendo que a proposta apresentada é pela *não aceitação* de transferência de competências para o ano de 2019. -----

Aprovado por maioria com duas abstenções dos deputados do Partido Socialista, o deputado Luís Varela e a deputada Julieta Caniço. -----

9 – Apreciação e votação sobre da proposta a remeter à assembleia Municipal sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019 nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. Para deliberação. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de doze de junho de dois mil e dezanove, bem como a informação nº. 88/2019 datada de sete de junho de dois mil e dezanove, sobre o assunto em referência. -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia alguma intervenção ou pedido de esclarecimentos. Não se observando os mesmos, colocou o ponto à votação, sendo aprovado por maioria com duas abstenções do Partido Socialista, o deputado Luís Varela e a deputada Julieta Caniço. -----

10. Apreciação e votação da proposta a remeter à assembleia municipal sobre a posição da Autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2020 nos vários domínios consagrados na Lei 50/2018, de 16 de Agosto, opção, ou não, de utilizar a possibilidade de atuação prevista na alínea b) do nº.2 do artigo 4 da supracitada lei. Para deliberação. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de doze de junho de dois mil e dezanove, bem como a informação número dezassete dois mil e dezanove da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade. -----

Analisados os documentos a Presidente colocou o ponto à discussão .Não se registando qualquer intervenção, seguiu-se a votação, tendo sido aprovado por maioria com sete votos contra, da bancada do Partido Socialista, tal como foi apresentada, pela não aceitação de transferências de competências para o ano de 2020. -----

A Deputada Teresa Calado pediu a palavra para ler uma declaração de voto, referindo que a Lei 50/2018, estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. -----

“Continuamos a acreditar que a defesa do poder local autárquico e a sua afirmação enquanto agente de coesão e de desenvolvimento local, se concretizam na subsidiariedade, na descentralização administrativa e na autonomia do poder de proximidade. Continuamos a acreditar que o poder autárquico sairá fortalecido se a eficácia das respostas de proximidade for reforçada e que este reforço somente se concretizará com recursos financeiros equitativos. Estamos cientes que as áreas da educação, cultura, saúde e ação social são aquelas em que se exigirá uma maior ponderação dos meios

humanos e financeiros envolvidos e onde o processo deverá ser muito bem ponderado e debatido, garantindo o superior interesse do município e da sua população. -----

Conscientes, também, que a transferência de competências será uma realidade para todos os municípios num futuro próximo, (conforme tudo indica para 2021), é nosso entendimento que visando assegurar uma reorganização gradual dos serviços, a autarquia deveria em 2020 aceitar algumas das competências legalmente previstas, nomeadamente as menos problemáticas a nível de reorganização dos serviços da autarquia. -----

Esta posição permitiria que se iniciasse um trabalho de prévia concertação com a administração central, constituindo-se como uma oportunidade para tomar conhecimento gradual da especificidade de todo este processo.” -----

O Deputado José Cabrita pediu a palavra referindo que : “mantivemos a mesma posição que já tínhamos tido anteriormente e continuaremos a tê-la enquanto a posição do governo for a mesma.” -----

“É uma declaração de voto que não tenho que trazer escrita”, e é para ficar em ata. -----

“Este processo atabalhado, desenvolvido, por este governo com o apoio do partido social democrata é de facto um processo que não defende as populações, antes pelo contrário até porque ataca o poder local democrático. Põe em causa as suas finanças e dessa forma prejudicará as populações. Acreditamos e porque estão à porta as eleições legislativas acreditamos que haverá um retrocesso neste processo até também acreditamos que o governo já percebeu que este processo é um nado morto e portanto apelamos que o próximo governo possa encetar um processo um verdadeiro processo de descentralização benéfico”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou o Deputado José Cabrita sobre se fez uma declaração de voto, ao que o Deputado referiu que sim. Desta forma a Presidente coloca ordem na assembleia, solicitando que não hajam interrupções. -----

O Deputado José Cabrita continuou a apresentação da Declaração de voto: “Com as eleições legislativas à porta acreditamos que o nosso governo deverá encetar um novo processo com a descentralização das regiões administrativas e aí sim haverá uma verdadeira descentralização com poder intermédio que possa beneficiar as populações de todo o território nacional e portanto o nosso voto será negativo enquanto a proposta do governo for de imposição e de constante ataque ao orçamento das autarquias, negando para as autarquias competências que são suas e que até ao momento nunca foram exercidas passando então esses ónus para os Municípios e para o poder local.” -----

A presidente da Assembleia informa que terminada a declaração de voto da bancada da CDU, apresentada pelo Deputado José Cabrita, se passaria para ponto seguinte. -----

11. Assunção de encargos plurianuais – Contratação de seguros pelo período de 3 anos. Para deliberação. -----

Foram presentes à sessão a informação nº.59/2019 da UAJDCS – SAJAI, bem como a certidão da reunião de Câmara de vinte e nove de Maio de dois mil e dezanove. -----

A Presidente questionou se algum deputado ou deputada desejava intervir ou solicitar esclarecimentos. Não se observando qualquer intervenção nem pedido, colocou o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

12. Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia de Cuba, Vila Ruiva, Faro do Alentejo e Vila Alva no âmbito da submissão de candidatura para 4 vagas ao programa CEI+. Para deliberação.

Foi presente à sessão a informação nº.23/2019 datada de 07/05/2019 da SASS - Serviço de Ação Social e Saúde, bem como a certidão da reunião de Câmara de 15 de maio de 2019. -----

A Presidente colocou o ponto à discussão, não havendo intervenções procedeu-se à votação, tendo o ponto sido aprovado por unanimidade. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – 2.º Período: -----

Não se registaram intervenções por parte do público. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata, que, depois de lida será submetida a aprovação por parte da Assembleia: -----

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, António Manuel Fitas Marreiros, secretário da Assembleia Municipal, que a redigi. -----

O Presidente: João Manuel Oliveira Brito Palma

O Secretário: António Manuel Fitas Marreiros